

DECRETO Nº 127/2013

Jardim/MS, 21 de Novembro de 2013

"DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO COMITÊ MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES DO PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA (PNAIC), NO MUNICÍPIO DE JARDIM, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE JARDIM, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 76, inciso VII da Lei Orgânica do Município;

Considerando a Portaria MEC nº 867, de 4 de julho de 2012, que institui o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa;

Considerando a necessidade de acompanhamento das Ações do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), no Município de Jardim,

DECRETA:

Art. 1º - Fica criado o Comitê Municipal de Acompanhamento das Ações do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), no Município de Jardim.

Art. 2º - O Comitê Municipal de Acompanhamento das Ações do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) terá a seguinte composição:

- Coordenador Municipal do Pacto Nacional Alfabetização na Idade certa (PNAIC) —
 Maria Alcinda Pana
- Orientadora de Estudo da Rede Municipal Sue Elane Pereira Coelho
- Orientador de Estudo da Rede Estadual Agnaldo Colman Paredes
- Professora Alfabetizadora da Rede Municipal Maria Aparecida Pádua de Barros
- Professora Alfabetizadora da Rede Estadual Maria Inês Rosa Correa Neves

Rua Coronel Juvêncio, 547 – Centro – CEP 79240-000 – JARDIM – Estado de Mato Grosso do Sul Fone: (67) 3209-2500 - Fax (67) 3209-2526 – e-mail: gabinete@jardim.ms.gov.br CGC 03.162.047/0001-40



- Representante dos alunos da Rede Municipal João Victor Mattos Prado
- Representante dos alunos da Rede Estadual Júlia Costa Gordinho
- Representante das Famílias (Pais/Responsáveis) da Rede Municipal Prof. Mário Bento Ferreira Prado
- Representante das Famílias (Pais/Responsáveis) da Rede Municipal Prof. Mário Bento Ferreira Prado
- Representante das Famílias (Pais/Responsáveis) da Rede Estadual Ana Gardênia dos Santos Silva
- Representante da Secretaria Municipal responsável pelo Ciclo de Alfabetização Márcia Aparecida Neves
- Representante dos Gestores da Rede Municipal Alan Gustavo Pires Ribeiro
- Representante dos Gestores da Rede Estadual Anna Zinna Ferreira Boeira da Costa
- Representante da Coordenação Pedagógica da Rede Municipal Tomázia Maciel Fernandes
- Representante dos Supervisores de Gestão Escolar da Rede Estadual Aparecida Cecília Bortolassi Payan

Art. 3° - O Comitê Municipal de Acompanhamento das Ações do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) tem por atribuições:

 I – promover a mobilização da Comunidade Escolar e da sociedade em geral em torno das ações do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, no Município de Jardim;

II – promover o acompanhamento e monitoramento das ações do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, bem como de todas as demais ações de caráter suplementar com impacto direto na aprendizagem e permanência da criança na escola, visando garantir as condições necessárias para o seu pleno e eficaz desenvolvimento.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ERNEY CUNHA BAZZANO BARBOSA

Prefeito Municipal



REGIMENTO INTERNO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS

1) Da Finalidade

O presente regimento tem por finalidade estabelecer os princípios básicos inerentes ao Comitê de Investimentos do RPPS ("Comitê").

O Comitê é uma instância colegiada de caráter consultivo, propositivo e deliberativo, voltada para a discussão dos aspectos relativos ao planejamento, execução, monitoramento e avaliação de estratégias na gestão dos recursos do RPPS.

2) Da Composição

O Comitê será composto pelos seguintes membros:

- I. Responsável técnico pela gestão dos recursos, devidamente certificado em conformidade com o art. 2º da Portaria MPS nº 519, de 24/08/2011 (CPA -10);
 - II. Diretor Geral do IPJ;
 - III. Diretor de Contabilidade;
- IV. Os membros do Comitê deverão ser do quadro efetivo de funcionários do Município de Jardim MS.

3) Das Responsabilidades

- a) Propor, anualmente, a política de investimentos, bem como eventuais revisões, submetendo-as à Diretoria, para posterior encaminhamento e aprovação pelo Conselho Previdenciário do IPJ;
- b) Acompanhar o desempenho obtido pelos investimentos, em consonância com a política de investimentos, bem como com os limites de investimentos e diversificações estabelecidos na Resolução nº 3.922, de 25/11/2010;
- c) Alocar taticamente os investimentos, em consonância com a política de investimentos, o cenário macroeconômico, e as características e peculiaridades do passivo;
- d) Selecionar opções de investimentos, verificando as oportunidades de ingressos e retiradas em investimentos;
- e) Zelar por uma gestão de ativos, em consonância com a legislação em vigor e as restrições e diretrizes contidas na política de investimentos, e que atendam aos mais elevados padrões técnicos, éticos e de prudência;
- f) Determinar política de taxas e corretagens, considerando os custos e serviços envolvidos;
- g) Selecionar gestores, corretoras de valores e outros prestadores de serviços diretamente ligados à atividade de administração de recursos.



4) Das Reuniões

- a) As reuniões do Comitê somente se instalarão com presença mínima de metade mais um de seus membros;
- b) O Comitê reunir-se-á, ordinariamente, uma vez ao mês, conforme calendário previamente estabelecido.
- c) Havendo motivo que justifique, qualquer membro poderá solicitar reunião extraordinária;
- d) Nas reuniões ordinárias os seguintes assuntos deverão, obrigatoriamente, compor a pauta:
- I. Análise do cenário macroeconômico de curto prazo, bem como as expectativas de mercado;
- II. Avaliação dos investimentos que compõe o patrimônio dos diversos segmentos de aplicação;
- III. Análise do fluxo de caixa, considerando as obrigações previdências e administrativas para o mês em curso;
- IV. Proposições de investimentos/desinvestimentos, considerando avaliações técnicas com relação aos ativos objetos da proposta, que justifique o movimento proposto.
- e) O Comitê terá um secretário, a ser escolhido entre os componentes do Conselho Previdenciário, com as seguintes atribuições:
- I. Distribuir, previamente, a pauta de cada reunião, contendo os assuntos a serem tratados, bem como material de apoio à reunião;
- II. Lavrar as respectivas atas das reuniões, submetendo-as à aprovação e assinatura pelos membros do Comitê;
- f) Os assuntos a serem tratados nas reuniões do Comitê deverão, sempre que possível, estarem embasados em exposições contendo todas as informações necessárias para discussão e deliberação dos mesmos.
- g) Sempre que se julgar necessário, poderão ser convidados especialistas de mercado ou quaisquer outras pessoas que venham a contribuir para a análise e discussão de assunto da pauta.
- h) As decisões do Comitê serão aprovadas com o voto mínimo de 75% (setenta e cinco por cento) dos membros presentes à reunião, cabendo ao responsável técnico pela gestão dos recursos, além do voto pessoal, o de qualidade.
- i) Havendo manifestação de vontade, eventuais votos vencidos deverão ser registrados, acompanhado das respectivas justificativas que embasaram o voto.



5) Disposições Gerais

- a) As atas de reuniões, bem como seus respectivos anexos, depois de numeradas e assinadas serão armazenadas por prazo indeterminado;
 - b) Os membros do Comitê têm o dever de cumprir este Regimento Interno;
 - c) Compete a Diretoria Executiva:
 - I. Dar ciência das decisões do Comitê ao Conselho Previdenciário;
- II. Depois de ouvido o Comitê em reunião ordinária, propor modificações e/ou atualizações no regimento interno do Comitê ao ente federativo;

III. A guarda das atas de reuniões do Comitê, em arguivo do IPJ.

ERNEY CUNHA BAZZANO BARBOSA
Prefeito Municipal